

# O fim do autoritarismo na rota da Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Autorizado, como anunciou, pela liderança do PMDB — tanto por Pimenta da Veiga como pelo novo líder, Luiz Henrique —, o deputado Egídio Ferreira Lima (PE) propôs ontem, em plenário, um "itinerário" para a Constituinte, da ratificação do mandato do presidente Sarney à confirmação da atual ordem jurídica e institucional, excluindo o "excesso autoritário".

Para ele, essas medidas são necessárias porque, com a eleição de Tancredo Neves, ultrapassou-se o autoritarismo, mas o Estado ficou sem os instrumentos próprios para o exercício da democracia. O próprio chefe de Estado, frisou, "sem legitimidade de origem, debate-se num limbo estéril sem esses mecanismos". Em consequência, "o País vive à matroca, com instituições rotas, uma economia sem rumo e uma sociedade perplexa e órfã".

Nesse quadro — ressaltou — nada mais ajudado do que recorrer à Constituinte para pôr em ordem as instituições. O itinerário é simples e preciso. A Constituinte, recorrendo à sua legitimidade, a emprestará ao chefe de Estado, referendando-lhe o mandato. A ordem jurídica e institucional também será confirmada,

dela se escoimando, nesta preliminar, tão somente o excesso autoritário. Feito isto, toda a área política estará descongestionada e o Executivo poderá voltar-se para os graves problemas da área econômica e social. Esse será o grande pacto, e não concertá-lo será uma insanidade".

Por sua vez, o líder do PDS, Amaral Neto (RJ), disse haver uma

rio, falem das causas que "levaram ao insucesso do Plano de Estabilização Econômica". A convocação de autoridades, como ele mesmo observou, não está prevista nas normas provisórias da Constituinte. "Mas — alertou — não podemos ficar aqui brincando de Constituinte, enquanto a Nação está em crise".

## MILITARES

Já o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) propôs que os dirigentes de instituições e unidades das Forças Armadas, inclusive ministros, fiquem proibidos de se manifestar publicamente sobre matérias sujeitas à deliberação da Constituinte. Ele sugeriu que a proibição seja baixada em forma de ato isolado da própria Constituinte ou que conste do Regimento definitivo. O relator das emendas, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), considerou a sugestão fora de propósito, lembrando que os militares já estão proibidos de se manifestar politicamente pelos seus próprios regulamentos disciplinares. Uma emenda desse teor, considerou, somente serviria para provocar os militares.

A sessão de ontem estendeu-se até às 18h30, quando se encerrou o prazo para apresentação de emendas ao projeto de Regimento definitivo.



"escalada de fatos e indícios que caracterizam a desordem econômica nacional", podendo o reflexo disso, na ordem social, ser "catastrófico", afetando o quadro político de "nossa transição para a democracia plena". Consciente "dessa gravíssima ameaça", pediu então, formalmente, a convocação do ministro Dilson Fuarero e do atual e do ex-presidente do Banco Central, para que, em plená-



Alencar Monteiro

## Pausa para o carnaval

No cronograma do PDS para o funcionamento da Assembleia Constituinte foi sugerido o "recesso branco", de 23 deste mês a 16 de março. O líder Amaral Neto, justificando a proposta, disse que está sendo realista, e observou que

após o Carnaval poucos constituintes irão a Brasília, a começar pelos do PMDB, devido às festividades de posse dos novos governadores.

Ao ser perguntado se não deve ser preocupação do

PMDB a presença de políticos desse partido na posse de seus governadores, e não os do PDS, o líder pedessista respondeu: "Isso seria demagogia. De que adiantaria o PDS comparecer a um plenário vazio?"

## Mesa perde até a conta das emendas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Constituinte não sabia ontem à noite quantas emendas foram apresentadas para o anteprojeto de regimento interno permanente. O número de propostas deve variar entre 700 e 750, mas cada uma delas pode conter várias emendas. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) tem até a próxima quinta-feira para apresentar o seu parecer substitutivo, mas revelou algumas idéias definidas: diminuição bem significativa do tempo de acesso dos constituintes ao rádio e à televisão, já descartada a possibilidade de espaço gratuito nos jornais; aumento do número de comissões técnicas, anteriormente fixado em cinco; e possibilidade de participação popular na Constituinte, com os cidadãos podendo apresentar projetos. Fernando Henrique afirmou não saber ainda, antes de examinar as emendas, quais temas merecerão novas comissões. Ele pretende também chegar a uma forma que torne possível a proposta de participação popular.

Entre as mais de 700 propostas apresentadas — número que surpreendeu o relator, lembrando que o regimento tem apenas 60 artigos — estão substitutivos de alguns partidos (PDT, PT e PFL) e dos deputados Prisco Viana (PMDB-BA) e Euclides Scalco (PMDB-PR). Isso amplia ainda mais o número de emendas, pois o substitutivo propõe alterações em todos os artigos do regimento interno apresentado.

"Muitas são emendas apresentadas por constituintes realmente preocupados com o regimento interno, outras são apresentadas para demonstrar a participação dos parlamentares e como resposta às críticas feitas pela imprensa ao pouco trabalho que vem sendo feito. Mas há aquelas que são simplesmente demagógicas, feitas para aparecer" — revelou o secretário da Mesa da Constituinte, Paulo Affonso Martins, encarregado de receber e classificar por assunto cada uma das emendas.

O relator Fernando Henrique Cardoso vai passar o fim de semana em Brasília, com seus assessores, examinando as emendas, que serão publicadas hoje pela gráfica do Senado e distribuídas para os parlamentares.

## Ulysses irrita-se e repreende Righi

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, está inconformado com o grande número de emendas ao projeto de regimento interno e irritado com os pedidos de prorrogação do prazo — encerrado ontem — de apresentação dessas emendas. "Ora, o Gastone Righi fica em São Paulo e agora vem pedindo mais um dia para apresentar suas emendas. Eu não vou dar", desabafou ele, em conversa informal com deputados do PMDB paulista.

Enquanto aguardava ligação telefônica com o relator do regimento, senador Fernando Henrique Cardoso — instruído a não dilatar o prazo de recebimento de emendas —, Ulysses disse aos deputados que espera promulgar a nova Constituição dia 7 de setembro, e respondendo a uma observação do deputado Roberto Rollemberg sobre possíveis atrasos nos trabalhos, exaltou-se e afirmou que "seria uma vergonha passar deste ano. Afinal, a de 46 foi feita em seis meses".